

Apenas 1% das multas aplicadas pelo Cade são usadas para reparar danos

Por Lucas Marchesini | De Brasília

Apenas 1% dos mais de R\$ 2 bilhões arrecadados com multas impostas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e outros órgãos públicos desde 2012 tiveram como destino a reparação de danos causados aos direitos difusos, como previsto pela lei. A quase totalidade dos recursos foi usada para "engordar" o resultado primário até 2013 e a abater parte do déficit nos exercícios seguintes.

Isso significa que projetos de combate à exploração sexual, de preservação do ambiente e da promoção dos direitos do consumidor em pequenas cidades, dentre outros, não tiveram recursos repassados pelo governo apesar de terem sido apontados como prioritários pelo Conselho Gestor do Fundo de Direitos Difusos (FDD).

O aterro sanitário de Itapetininga (SP) é um exemplo de como a prática afeta diretamente a vida da população. O lixão foi desativado e coberto com uma camada de solo argiloso pela prefeitura por conta das exigências da Lei de Resíduos Sólidos. Apesar disso, o chorume gerado no local começou a vazar para uma lagoa próxima, contaminando a água e o solo. Por conta disso, uma empresa recebe R\$

220 mil por ano para retirar 600 mil litros de chorume por mês da lagoa.

O problema poderia ter sido resolvido em 2014, quando o conselho curador do FDD decidiu destinar R\$ 390 mil para encerrar o aterro sanitário. O convênio não foi fechado devido ao contingenciamento de recursos do fundo. O FDD é de natureza contábil, ou seja, os recursos não estão financeiramente apartados na conta única do Tesouro. Os valores revistos para gastos pelo fundo podem ser cortados quando a União precisa economizar.

Por meio da Lei de Acesso à Informação, o Valor obteve a lista de projetos prioritários que não foram conveniados devido ao corte de gastos desde 2012. Na lista estão projetos de combate ao trabalho escravo no Tocantins e no Pará e de proteção ao ambiente na Amazônia, entre outros. De acordo com o relatório de gestão do FDD, 136 projetos foram definidos como prioritários entre 2012 e 2017, no período, mas apenas 54 foram executados.

O FDD é vinculado ao Ministério da Justiça e que tem como objetivo atuar "na recuperação de bens, na promoção de eventos educativos, científicos e na edição de material informativo", como aponta a lei que o rege. A maior parte da sua arrecadação vem das multas e

contribuições impostas pelo Cade. Em 2016, dos R\$ 775 milhões que entraram no FDD, R\$ 694 milhões vieram de punições aplicadas pela autoridade antitruste. O restante vem, por exemplo, de multas impostas pela Justiça.

Com o aumento de casos julgados pelo Cade, cresceram os recursos que entraram no FDD. Eles passaram de R\$ 57 milhões em 2012 para R\$ 694 milhões em 2016. No período, o FDD recebeu R\$ 2,040 bilhões. O repasse de recursos para projetos de reparação de danos difusos não tiveram a mesma trajetória. O FDD destinou R\$ 3,4 milhões a projetos em 2012. Em 2016, foram pagos R\$ 600 mil. Entre 2012 e abril de 2017, foram R\$ 21,1 milhões. O restante, R\$ 2,019 bilhões, ficou com a União.

As multas que empresas pagam por terem participado de cartéis, por exemplo, acabam não servindo à reparação dos danos causados à sociedade pelo crime. O problema é apontado no relatório de gestão do FDD. "O contingenciamento financeiro sistemático ano após ano vem reduzindo o número de projetos apoiados, que está aquém do ideal tomando-se por base a relação entre recursos aplicados e arrecadação do fundo", diz o documento.

Quando o Conselho Gestor do FDD seleciona projetos, ele elabora uma lista de iniciativas prioritárias.





Alguns projetos são executados, outros são vítimas do contingenciamento e não recebem nenhum recurso. Procurado, o Ministério da Justiça e o FDD não quiseram se pronunciar.

O professor de direito da Universidade de Brasília (UnB), Othon de Azevedo Lopes, acredita que esse é um artifício encontrado pelo governo para burlar a obrigação de gastos do FDD. "A obrigação de gastos existe, mas é burlada. O contingenciamento é artifício para burlar a obrigatoriedade."

O Ministério do Planejamento ressaltou que "os recursos não utilizados pela unidade durante o exercício financeiro não deixam de constituir patrimônio do Fundo, sendo contabilizados como superávit financeiro do FDD apurado no balanço patrimonial do ano anterior". Esse estoque "não se confunde com o orçamento anual, que é fluxo, elaborado ano a ano, com base nas receitas previstas e despesas fixadas".

PIB perde força, mas deve ser positivo no 2º tri, diz FGV

Por Ana Conceição | De São Paulo



Silvia Matos: piorou a perspectiva para o investimento, que já vinha ruim antes da paralisação dos caminhoneiros.

A greve dos caminhoneiros tirou força de uma economia que já vinha perdendo ritmo, mas apesar do tombo de maio, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ainda deve ser positivo no segundo trimestre, afirma a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV). "A economia brasileira continua sobrevivendo aos choques", diz.

O Ibre ainda espera mais dados, mas vê o produto crescendo entre 0,3% e 0,4%, de uma projeção atual de 0,7% sobre o primeiro trimestre, feito o ajuste sazonal. Há quem aposte em retração. "Estamos no grupo dos mais positivos", diz Silvia. O motivo seriam os indicadores econômicos de abril, que foram muito bons, e uma reversão da

queda de maio em junho, especialmente na indústria. "As perdas devem ser revertidas na mesma medida. A prévia da sondagem [da indústria em junho] foi relevante para essa percepção", diz Silvia, que estima queda de 9% na produção industrial do mês passado, ante abril, feito o ajuste sazonal.

Outro motivo que mitiga o pessimismo é a previsão do varejo ampliado em maio, que de queda de 5% passou para recuo de 3% após a divulgação do índice Cielo, que subiu 3% sobre o mesmo período de 2017, descontada a inflação, apesar da greve. Em termos nominais o crescimento foi de 4,6%. Segundo a Cielo, o varejo iniciou muito bem o mês, o que compensou a queda no final do período.

"Os dados indicam que maio foi ruim, mas não um desastre. Abril foi muito bom e deve haver reversão em junho, então podemos ter um PIB fraco, mas positivo. Mas poderia ser melhor". Silvia espera mais dados de junho para calibrar melhor as projeções do trimestre e do ano, cuja previsão caiu de 2,3% para 1,9%, taxa também com viés de baixa.

Um dos componentes do PIB que já andava mal antes da greve e deve continuar assim é o investimento. O Ibre-FGV tinha uma visão conservadora, de crescimento de 5% no ano, e agora a projeção passou a

4%, com viés de baixa. Para o segundo trimestre, a previsão é de queda de 1,5%. "A incerteza eleitoral, o câmbio desvalorizado, a curva de juro longo em alta, mesmo antes da greve, afeta muito esse setor", afirma.

Não apenas a greve dos caminhoneiros freou as expectativas, mas a grande incerteza quanto à agenda fiscal dos candidatos mais bem colocados nas pesquisas tiram o ímpeto de investimento do setor privado. "Acho que o mercado, principalmente, antecipou o mau humor com os candidatos que estão na frente", diz a economista. É este cenário interno que tem afetado o câmbio, por exemplo, diz.

A nova edição do Boletim Macro aponta para o risco uma crise de confiança, com um aumento ainda maior do custo de financiamento do setor público, o que tornaria a dívida insustentável. Sem medidas para afastar esse risco, o ajuste seria feito via inflação. Para Silvia, o mercado anteciparia esse momento, o que obrigaria o Congresso a tomar posições que veio adiando até agora. "Isso a sociedade não tolera mais, levaria a uma perda de popularidade. O Congresso é conservador e tomaria posições" para evitar uma situação-limite como essa, acredita Silvia. "A gente gosta de flertar com o abismo, mas o Congresso é suscetível à economia".





No front externo, o Ibre não vê um cenário mais adverso do que o atual. No boletim, o economista José Júlio Senna avalia que o cenário internacional não deve evoluir para um quadro de inflação e juros mais altos, que seria pior para os emergentes. Nos EUA, as expectativas de inflação bem comportadas e a redução do poder de barganha dos trabalhadores podem amenizar o impulso fiscal dos próximos anos. "Mas estamos num período turbulento por causa da guerra comercial que é ruim para todos. De qualquer forma, não se pode ficar à espera de uma melhora no cenário externo para resolver nossos próprios problemas", diz Silvia Matos.

Eleições, Lava-Jato e BC aceleram agenda

Por Angela Bittencourt

O primeiro semestre do ano termina nesta semana. Além do relevante calendário contábil, de fechamento de balanços de bancos, empresas e grandes investidores, neste 2018 julho abre a agenda eleitoral e uma maratona a pré-candidatos e partidos políticos interessados em disputar para valer a presidência da República em outubro. A maratona se estende ao governo que, em seus três níveis federal, estadual e municipal, se apressa a executar sobretudo transferências de recursos nos próximos 15 dias. A partir de 7 de julho, a administração pública estará impedida, pela Lei Eleitoral, de gastar mais do que o pré-contratado e justificado, demitir e admitir servidores.

Também neste fim de semestre, a Operação Lava-Jato acena com uma nova etapa, a partir da homologação do acordo de delação firmado entre Antonio Palocci e a Polícia Federal anunciada na sexta-feira. Palocci teve participação decisiva nas eleições dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e sua sucessora Dilma Rousseff ao Palácio do Planalto, comandou o Ministério da Fazenda de Lula e a Casa Civil de Dilma. E conquistou o setor privado tornando-se o ministro do Partido dos Trabalhadores (PT) com maior prestígio junto a empresários e banqueiros por mais de uma década.

O ex-ministro está preso desde 2016 e é um dos expoentes do PT que melhor conhece as mudanças que podem ocorrer em consequência de uma sucessão presidencial e num momento único da história do país. O momento é único pela judicialização da política, pela possibilidade de radicalização entre direita e esquerda no 2º turno de votação ao comando da República, pela péssima avaliação que os brasileiros fazem do atual governo e do presidente Michel Temer e também pela dificuldade de a economia brasileira engrenar um ciclo de crescimento.

*As "condições financeiras"
por Bradesco, Itaú, UBS*

O Brasil está empacado em condição ímpar. A inflação está há 11 meses consecutivos abaixo de 3%, piso da meta vigente; a taxa de juro segue em queda; há uma inédita liberação de bilhões de reais que trabalhadores, empregadores e próprio governo depositaram obrigatoriamente em fundos institucionais durante décadas; e o Banco Central (BC) domina o mercado de câmbio - o ativo financeiro que atordoou governos durante sucessivas crises que sacudiram o Brasil na história recente.

Nenhum dos componentes do

cenário acima representa reformas estruturantes, uma espécie de passe livre para crescimento consistente a médio e longo prazo. Contudo, esse cenário é superior ao que se viu no passado. Até por isso, o BC não precisa exibir parcimoniosa cautela em suas decisões. O comando da instituição sabe o que está em risco. Em cerca de 40 dias, o BC colocou no mercado mais de US\$ 42 bilhões, em contratos de swap que ajudaram a aplacar uma movimentação contra o real não só por razões domésticas. Também porque o dólar se fortaleceu no mercado internacional.

Hoje, o BC colocará à venda US\$ 3 bilhões, além da oferta de swaps. Esse dinheiro sairá das reservas internacionais, mas os interessados em participar do leilão de dólares deverão se comprometer formalmente, diga-se, com a devolução desses recursos em determinada data que será definida pelo BC. Esse "compromisso" garante que o Brasil não perderá seus dólares.

A agenda de eventos desta semana - divulgação da Ata do Copom na terça, Relatório Trimestral de Inflação, na quinta, com entrevista do presidente Ilan Goldfajn e o resultado das contas públicas -, justifica, para além de razões operacionais, o cerco que o BC ergue em torno de eventuais especuladores.





Na sexta-feira, a coluna conversou com economistas do Bradesco, Itaú Unibanco e UBS Brasil. Os três bancos calculam índices de condições financeiras (ICF). Perguntamos se os indicadores haviam identificado um enfraquecimento da atividade em momento anterior à paralisação dos caminhoneiros. E os economistas ainda não dão o ano de 2018 por "perdido".

O economista Igor Velecico, do Bradesco, conta que o ICF não antecipou a retomada mais gradual. "Nos chamou a atenção, porém, uma divergência observada entre a velocidade de crescimento sugerida pelas condições financeiras (entre 3% e 4%, em termos anualizados) e pelos dados correntes (mais próximos de 2%). Num primeiro momento, desconfiamos que isso poderia ser algum efeito 'devolução' da liberação das contas inativas do FGTS, que impulsionou o consumo e o emprego em meados do ano passado, e que seria, portanto, temporário. Mas os dados do 1º trimestre continuaram indicando que a velocidade de retomada seria mais gradual do que a esperada."

O Itaú Unibanco tem um índice antecedente de atividade (IAM-IU) e, segundo o Departamento de Pesquisa Macroeconômica, chefiado por Mário Mesquita, esse indicador antecipou a retomada mais gradual. "Percebemos que o IAM-IU apresentou recuo expressivo, ainda que ao longo do 1º trimestre tenha permanecido em patamar positivo. E, se mantido nos níveis atuais, é

compatível com atividade econômica bastante fraca. Algumas das variáveis financeiras trazem cenário parecido: recuo dos preços de ativos, alta da taxa de câmbio (que afeta a economia via aumento da alavancagem das empresas que têm dívida em dólar) e aumento dos juros de mercado. De fato, os patamares atuais do Ibovespa em dólares (30% abaixo do fim do ano passado) e dos juros de mercado (como indica o swap pré-DI de 360 dias em 8,2%) também são consistentes com o enfraquecimento da atividade econômica. No entanto, mesmo se ocorrer uma estagnação de agora em diante não significa que 2018 será um ano perdido, mas é necessário melhorar das condições financeiras dos atuais patamares."

O economista Fábio Ramos, do UBS Brasil, informa que o ICF não antecipou "no momento" anterior à greve dos caminhoneiros um enfraquecimento da atividade. "Agora, sim, o ICF traz resultados mistos. Ainda há empuxo por conta dos juros reais baixos, mas variáveis como câmbio real e bolsa, entre outros, já contaminam as expectativas. Hoje, o indicador sugere crescimento entre 1,5% a 2% ao ano. Mas já sugeriu 3%."

Leia mais sobre condições financeiras no blog "Casa das Caldeiras", no site do Valor e no Valor PRO

Angela Bittencourt é jornalista e escreve às segundas-feiras. E-mail: angela.bittencourt@valor.com.br

Pequenas empresas criaram 87% das vagas formais abertas em 2018

Por Bruno Villas Bôas | Do Rio

As micro e pequenas empresas (MPEs) foram responsáveis por nove em cada dez empregos formais gerados no país nos cinco primeiros meses de 2018. Os pequenos negócios brasileiros criaram 328 mil vagas de janeiro a maio, o que corresponde a 87% do saldo líquido de 367 mil postos de trabalho gerados pelo setor privado neste ano.

Conforme dados levantados pelo Sebrae, a partir dos microdados de maio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, as micro e pequenas empresas têm se mostrado uma espécie de motor da lenta recuperação do emprego formal no país, como era antes da crise.

Segundo Heloisa Menezes, presidente interina do Sebrae, os pequenos negócios seriam mais "enxutos e flexíveis", o que permitiria uma resposta mais rápida aos ciclos econômicos.

"Elas são as últimas a demitir, em cenários adversos, e as primeiras a contratar, quando ocorre uma retomada do crescimento", afirmou ela. "Em 2017, por exemplo, os pequenos negócios geraram 342 mil novos postos de trabalho no Brasil."

Isoladamente em maio, as micro e pequenas empresas registraram um saldo de 24.383 vagas geradas frente a abril, ao passo que as médias e grandes geraram 9.079 postos de trabalho. Três setores lideraram as contratações nas empresas de menor porte: agropecuária (23.376 contratações), serviços (10.907 vagas e mais) e construção (7.064).

"No caso da agropecuária, o desempenho é mais sazonal, dependendo das épocas de plantio e de colheita. Em maio especificamente, o que puxou as contratações nesse setor foram o cultivo do café e da laranja, além da pecuária", acrescentou a presidente interina do Sebrae.

Apesar de ainda positiva, a geração de vagas perdeu fôlego em maio, frente a abril. Nas micro e pequenas empresas, isso foi

provocado especialmente pelo fechamento de postos de trabalho com carteira assinada na indústria de transformação (-7.858) e no comércio (-10.541), segundo o levantamento.

"A desaceleração provavelmente está ligada à greve dos caminhoneiros, que afetou diversas atividades econômicas", disse a presidente do Sebrae.

O órgão classifica as empresas como micro e pequenas de acordo com o setor em que elas atuam. Nos segmentos agropecuário, comércio e serviços são consideradas as empresas com até 49 empregados. No caso das indústrias extrativa, transformação e construção, leva-se em conta aquelas empresas que possuem até 99 funcionários.

Os dados do Caged foram divulgados na quinta-feira passada e mostraram que o país criou, no total, 33.659 vagas formais em maio. Esse número, no entanto, foi o menor saldo mensal registrado neste ano. A região Sudeste liderou a geração de empregos enquanto o Nordeste teve corte de vagas.

Jungmann defende distinção entre traficantes e usuários de drogas

Por Agência Brasil | De Brasília

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, defende a distinção entre usuário e traficante, bem como a descriminalização do porte de drogas para reduzir o número de mortes violentas de jovens no país e desafogar o sistema penitenciário. A Lei Antidrogas prevê tratamento diferenciado para usuários e traficantes, mas não estabelece a quantidade de droga que caracterizaria o porte. O assunto está sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF).

"A lei diz que usuário que tenha bons antecedentes é caso de saúde e assistência social, não de reclusão. Só que, ao não estabelecer o limite entre um e outro, permite a interpretação, dada majoritariamente pela primeira instância da Justiça, do encarceramento", diz o ministro.

Segundo o Ministério da Segurança Pública, cerca de 74% da população carcerária brasileira são formados por pessoas que praticaram crimes de baixa periculosidade, entre eles pequenos

traficantes e usuários de drogas. "Então o que se vê é uma grande quantidade de jovens que vai para a prisão. Lá, para sobreviver, têm que fazer o juramento e passam a integrar uma gangue ou morre dentro ou morre fora. Geralmente é o que acontece. Por isso, na faixa de 15 a 24 anos, o índice de mortalidade é praticamente três vezes o índice de mortalidade do Brasil. É isso que está acontecendo. Estamos fazendo um massacre com certos segmentos da população", diz Jungmann.

Jovens continuam alimentando as estatísticas de violência no país. Segundo o Atlas da Violência 2018, 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino. O estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base em dados de mortalidade do Ministério da Saúde, mostra que os homicídios respondem por 56,5% das mortes de brasileiros entre 15 e 19 anos.

Para o ministro, é "fundamental" que o STF julgue o processo que trata da descriminalização do porte

de drogas. O caso começou a ser analisado em 2015, mas foi suspenso por um pedido de vista do ministro Teori Zavascki. Com a morte dele, em janeiro de 2017, o processo está no gabinete do ministro Alexandre de Moraes. Até o momento, três ministros votaram pela descriminalização do porte, mas somente da maconha, por se tratar do caso concreto que motiva o julgamento. Já votaram nesse sentido o relator, Gilmar Mendes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso - que foi além da descriminalização e propôs como referência o porte da quantidade de 25 gramas de maconha para definir um cidadão como usuário.

Pelo voto de Barroso, acima disso, a pessoa seria tratada como traficante. Além disso, o ministro entendeu que o usuário poderia plantar seis pés de maconha para consumo próprio. Os critérios propostos seriam temporários e valeriam até que o Congresso Nacional legislasse sobre a questão. Segundo ele, a definição tem o objetivo de evitar que o Judiciário e a polícia decidam de forma diferente como enquadrar as duas situações.

Atividade menor deve reduzir carga de energia

Por Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

A equipe energética do governo terá uma prova de fogo nos próximos meses. Até setembro, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) terão que divulgar a segunda revisão quadrimestral da previsão oficial da carga do sistema brasileiro para o período 2018-2022.

Segundo especialistas ouvidos pelo Valor, a tendência é que tecnicamente seja necessário fazer, a menos de dois meses antes das eleições, uma correção da expectativa oficial, reduzindo a previsão de crescimento do PIB e do consumo de energia para este ano.

De acordo com a previsão atual, divulgada em abril pelas três instituições, a carga do país em 2018 alcançará 67.560 megawatts (MW) médios, com crescimento de 3%, em relação ao ano anterior. A previsão considera uma expectativa de crescimento do PIB de 2,6% este ano.

A última versão do boletim Focus, divulgado pelo Banco Central e que reúne as projeções do mercado, porém, indicou a sétima semana

consecutiva de queda de expectativa de crescimento do PIB para 2018, agora de 1,94% para 1,76%.

Se, por um lado, um corte na previsão de crescimento econômico e de consumo para 2018, na próxima revisão quadrimestral da carga, pode servir de combustível eleitoral contra o governo e seus candidatos, por outro, a manutenção de uma visão otimista no indicador oficial de previsões do setor elétrico implicará maior contratação de oferta futura de energia sem a devida necessidade, pressionando ainda mais os custos e as tarifas de energia.

De acordo com especialistas, o desempenho da atividade econômica nos últimos meses e, conseqüentemente, o consumo de energia ficaram abaixo do previsto, cenário que se agravou com a greve dos caminhoneiros em maio.

"A atividade econômica não tem se recuperado como esperado. Soma-se a isso a greve dos caminhoneiros. A greve teve efeito imediato em duas semanas, mas o impacto disso se alastra para a confiança dos investidores e do consumidor", disse Josué Ferreira, consultor-sênior da Safira Energia.

"O mercado trabalha com uma possibilidade maior de revisão para baixo [do crescimento da carga]. Mas a magnitude dessa baixa não dá para prever", afirmou Ferreira.

A visão do consultor é compartilhada por Diana Lima, diretora da comercializadora Compass Energia. "Nos últimos meses, a carga de energia está fechando abaixo da expectativa do operador [ONS]. Mesmo antes da greve, já havia esse desvio. A greve só agravou a queda que estávamos enxergando."

A revisão de carga de setembro deve trazer uma redução do consumo previsto da ordem de 500 megawatts (MW) a um gigawatt (GW), de acordo com Christopher Vlavianos, presidente da Comerc Energia. "A redução deve refletir uma combinação de fatores, como a greve dos caminhoneiros e o impacto que tivemos no consumo de energia no período", disse.

Segundo o executivo, em maio, no período da greve (entre os dias 22 e 31), o consumo no mercado livre foi 25,95% inferior ao projetado para o período. Em maio, o consumo registrado no mercado livre foi 7,52% menor do que o esperado.

Neste mês, o efeito negativo no consumo de energia continuou, embora não tão grande. "Não vemos nenhuma recuperação animadora neste ano, temos Copa, eleições. Não vamos ver novos investimentos nessa situação de expectativa sobre o que vai acontecer no país no futuro. Não é um ano animador em termos de consumo", afirmou Vlavianos.





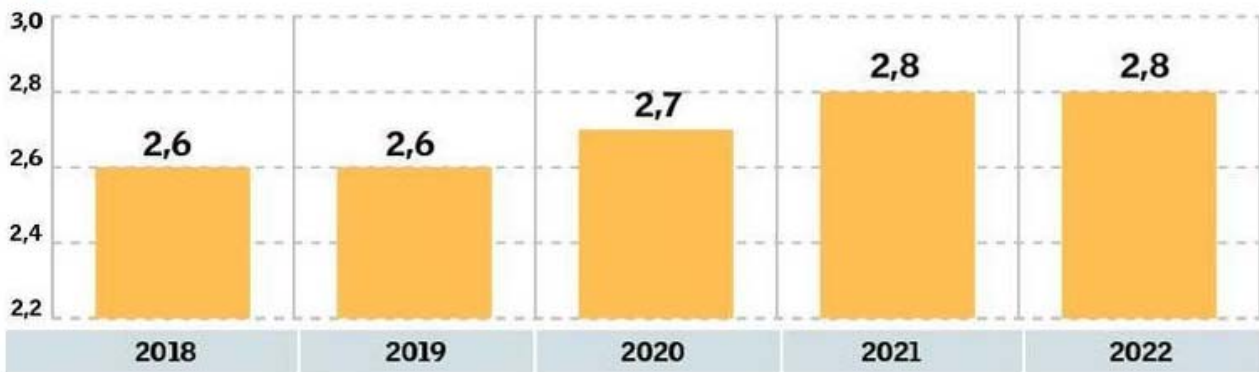
A redução no consumo de energia na semana da greve pode ter ajudado algumas empresas a mitigarem as perdas da redução da produção. "Você reduzir o consumo e vender o contrato pelo PLD [preço da liquidação das diferenças, preço referência do mercado à vista de energia] é um excelente negócio em termos de energia", disse Vlavianos.

Para um executivo que pediu anonimato, a revisão da carga 2018-2022 será importante para ajustar as previsões de crescimento do consumo do setor. Ele destacou que, nos últimos ajustes de previsão da carga, as três instituições têm adotado uma postura realista.

Ajuste de carga

Projeções atuais para a operação energética (2018-2022)

■ Crescimento do PIB (em %)*



	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento da carga (em %)*	3	3,9	3,8	3,9	4
Carga prevista (em MW médios)	67.560	70.187	72.832	75.654	78.700

Fonte: EPE, ONS e CCEE. *Crescimento previsto em relação ao ano anterior

Pará perde R\$ 9 bi na venda de terras públicas, mostra estudo

Por Daniela Chiaretti | De São Paulo



Brenda Brito: "A terra barata é uma desvalorização do patrimônio público".

O Pará perde cerca de R\$ 9 bilhões ao praticar preços baixos na regularização fundiária de terras públicas de propriedades médias e grandes. O cenário é ainda pior porque muitas propriedades vendidas a valores bem abaixo dos praticados pelo mercado foram formadas a partir de processos ilegais de invasão. Os preços baixos estimulam um ciclo econômico perverso, movido a grilagem, desmatamento, conflitos agrários e especulação de terras.

Essa é a conclusão de um estudo feito por pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), "think tank" baseado em Belém. A amostra mapeou 8.053 imóveis com área maior de 100 hectares e até 2.500 hectares. No total são 3,5 milhões de hectares de terras em jurisdição estadual e em processo de receberem títulos de terra, o que

equivale a quase cinco mil campos de futebol.

As estimativas do estudo do Imazon foram baseadas em informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR), mecanismo que permite um retrato das propriedades rurais brasileiras. O foco do estudo foram apenas as áreas estaduais que não têm destinação. Ou seja, foram excluídas as terras indígenas, os assentamentos, as unidades de conservação, as glebas federais e os imóveis privados.

A venda dos terrenos segue a regra legal. Com menos de 100 hectares, a terra é doada a quem confirma a posse. Acima de 2.500 hectares, a regularização tem que passar pelo crivo do Congresso. O tamanho médio dos imóveis da amostra é de 466 hectares.

Para os cálculos do estudo "Potencial de Arrecadação Financeira com a Regularização Fundiária no Pará", ao qual o Valor teve acesso, os pesquisadores aplicaram a metodologia do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), a autarquia responsável pela regularização fundiária do Estado.

Os critérios usados pelo Iterpa consideram o Valor da Terra Nua (VTN). A metodologia para estimar o valor da terra considera, por exemplo, dados como a distância entre o imóvel e a cidade, quanto

tempo as pessoas que requerem o título estão ali, se o acesso é feito por estrada ou rio. Esses valores foram comparados às médias de valor do mercado.

"Se os imóveis fossem todos regularizados, o Estado do Pará arrecadaria em torno de R\$ 1 bilhão pelos valores que vem praticando", diz Brenda Brito, pesquisadora associada ao Imazon e autora do estudo. "Se as terras fossem vendidas pelo valor de mercado, o arrecadado seria nove vezes mais do que se está cobrando."

"Até 2011 o valor da terra era muito baixo, mas depois ocorreu um reajuste", diz Marisa Freitas, diretora técnica do Iterpa. Ela exemplifica com o valor de imóveis no município de Paragominas, também no Pará. Em 2011, terrenos com 500 mil hectares podiam ser vendidos por apenas R\$ 33,58 o hectare. Agora, tem valor de R\$ 637,90 por hectare.

"O valor anterior era realmente muito baixo. Este valor reajustado já não está assim, mas pode ser revisto", diz Marisa. O Iterpa usa a tabela de referência do Conselho Estadual de Política Agrícola, Agrária e Fundiária do Pará (Cepaf).

Para calcular o potencial de arrecadação financeira com a venda dos 8.053 imóveis, esclarece o estudo do Imazon, considerou-se a receita obtida com venda dos imóveis





depois de as despesas do Iterpa no processo de regularização.

Os cofres públicos paraenses poderiam arrecadar R\$ 10 bilhões com a regularização das 8 mil propriedades, segundo o estudo. "A diferença de R\$ 9 bilhões é o que o Estado abre mão de arrecadar, um subsídio, na prática", diz Brenda, que é doutora em ciência do direito pela Universidade Stanford. A receita do Estado está próxima de R\$ 23 bilhões ao ano.

"O pior é que são áreas públicas que foram ocupadas ilegalmente em algum momento. A terra barata é uma desvalorização do patrimônio público e, no final, isso pode estimular novas invasões", diz a pesquisadora. "É o ciclo comum na Amazônia: invasão de área pública com expectativa de regularização futura, desmatamento para sinalizar a posse e expectativa de grande lucro se se conseguir vender a área depois da regularização", continua. "O valor barato estimula um ciclo sem fim de destruição."

"O Iterpa é órgão fundiário. Não podemos punir a pessoa se ela desmatou a terra. Quem faz isso é a Secretaria de Meio Ambiente", lembra Marisa.

Os técnicos do Imazon haviam feito outro estudo considerando terras em toda a Amazônia Legal. Foi feito em 2017, quando o presidente Michel Temer sancionou a Medida Provisória 759/2016, que mudou as regras da regularização fundiária na Amazônia.

Na ocasião, a estimativa foi de que o prejuízo ao patrimônio público seria de R\$ 19 bilhões a R\$ 21 bilhões. Essa seria a diferença entre o valor médio de mercado dos imóveis em regularização e o praticado pelo governo depois da edição da MP. O montante seria "equivalente a sete vezes as doações internacionais já feitas ao Fundo Amazônia, que apoia projetos de conservação na região", diz a nota técnica do Imazon.

Arrecadação de royalties e participações especiais acumula alta de 44% este ano

Por André Ramalho | Do Rio

Em meio à valorização dos preços do barril do petróleo, a arrecadação de royalties e participações especiais sobre a produção de óleo e gás natural, no Brasil, acumula uma alta de 44% no ano até maio.

Segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as receitas governamentais, nos cinco primeiros meses do ano, totalizaram R\$ 20,430 bilhões, ante os R\$ 14,183 bilhões registrados em igual período de 2017.

Ao todo, foram arrecadados, entre janeiro e maio, R\$ 8,019 bilhões em royalties, compensação financeira que incide sobre a produção de todos os campos do país. O montante representa um aumento de 25,4% frente aos cinco primeiros meses de 2017.

As participações especiais, que incidem apenas sobre os campos de exploração de maior rentabilidade, cresceram 59,3% na mesma base de comparação - foram R\$ 12,4 bilhões no acumulado dos cinco primeiros meses de 2018.

Somando royalties e participações especiais, segundo a ANP, a arrecadação dos Estados subiu 46%, totalizando R\$ 7,226 bilhões até maio. O Rio de Janeiro, maior produtor de óleo e gás do país, foi o principal destaque e viu suas receitas subirem 53%, para R\$ 5,232 bilhões no ano.

Já os municípios arrecadaram R\$ 3,977 bilhões, alta de 36% ante os cinco primeiros meses de 2017. As receitas de royalties e participações especiais da União, por sua vez, tiveram um crescimento de 48%, para R\$ 8,482 bilhões.

Desigualdade cresce e país busca 'salvador da pátria', diz Neri

Por Leila Souza Lima | De São Paulo



Marcelo Neri, do FGV Social: "Em anos eleitorais, é fato que a economia anda mais por meio de medidas oportunistas".

A alta polarização política, o aumento da desigualdade social e o abandono de reformas fundamentais delineiam um quadro de "incerteza máxima e gravidade", sobre o qual, segundo o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, não há uma percepção geral clara da real extensão. "Quando a sociedade se divide entre vencedores e perdedores, quem vence leva tudo. E para o outro lado, sobra pouco. O ideal seria que todos cedessem em algo", alerta o economista, ao se referir ao atual jogo de forças, em que as pessoas, acompanhando lideranças políticas, se posicionam entre quem está à direita e à esquerda, fragmentando interesses sociais. Para ele, o brasileiro, em maioria, está confuso e compreende pouco a importância das mudanças imperativas. Entre as quais, reformas

que garantirão o equilíbrio da economia, como a da Previdência: "Muitos estão à espera de um salvador da pátria".

A frustração com essa expectativa, no entanto, pode ser o próximo capítulo, já que os recursos financeiros disponíveis ao Estado estão escassos. Neste cenário, medidas populistas ficam limitadas por um lado, ganhos sociais alcançados são cada vez mais ameaçados, e medidas meramente paliativas, como a liberação recente dos saques do PIS/Pasep, não produzirão efeitos significativos para a atividade econômica, na visão do especialista.

Um dos principais estudiosos do fenômeno da ascensão das classes D e E para a classe C no período de bonança econômica que antecedeu a pior recessão já enfrentada pelo país, entre 2014 e 2018, Neri vê com desânimo a desintegração de conquistas que haviam sido feitas. "A desigualdade no Brasil aumentou muito, e entre 2015 e 2016, ainda há um elo perdido, porque o IBGE mudou a metodologia da Pnad. São dois mundos diferentes. É preciso entender que, ao cuidar dos pobres, você faz bem aos pobres, mas também à economia". Neri deixa claro que não defende medidas populistas, mas tampouco esconde estar pessimista com o momento. "Estamos perdendo algo".

"Em anos eleitorais, é fato que a economia anda mais por meio de medidas oportunistas. Desde 1982, é assim. É um ciclo político. Historicamente, a renda cresce em anos eleitorais e cai nos anos pós-eleitorais". Para ilustrar, Neri aponta acompanhamento que faz: de oito anos eleitorais dos quais dispõe-se hoje de dados comparáveis, houve aumento de renda em todos os oito anos de pleitos. Para anos pós-eleitorais, a renda caiu em sete de oito anos eleitorais.

Ao mesmo tempo, as restrições fiscais tendem a delinear um ano eleitoral também mais atípico, embora já se vejam tentativas de uso dos poucos mecanismos ainda disponíveis, como o próprio pacote das medidas após greve dos caminhoneiros e a recente liberação dos saques do PIS/Pasep, que, lembra ele, é uma ação pontual, sem alcance de políticas públicas mais consistente. O economista observa que, diferentemente da decisão sobre o PIS, o pacote do diesel é uma medida perene e que deixa um passivo insustentável nos sentidos social, econômico e ambiental, já que subsidia um combustível poluente. "Nem beneficiará os pobres, nem é ambientalmente correto. É quase tão ruim quanto reduzir o IPI de automóveis no meio da crise", critica.





Quanto à liberação do PIS/Pasep, o diretor do FGV Social acha que a medida não produzirá grande diferença na expansão da atividade econômica. Ao se referir especificamente ao PIS - pago a trabalhadores formais da iniciativa privada que recebem até dois salários mínimos -, Neri explica que o efeito multiplicador no PIB dessa transferência social é menos abrangente, se comparado a um incremento do Bolsa Família.

Segundo ele, o impacto do PIS - destinado aos mais pobres - é maior que o efeito da liberação do FGTS, benefício que engloba trabalhadores celetistas de todas as faixas de renda. Mas a melhor forma de "fazer a economia girar", preconiza o especialista da FGV, seria mexer no Bolsa Família: "Com o abono, abre-se acesso com dinheiro que é do próprio trabalhador".

No ano passado, o governo usou o mesmo expediente para combater a crise e aquecer a economia. Entre as alterações que fez no FGTS, a Lei 13.446 permitiu o saque de contas inativas sem a carência de três anos exigida por lei, beneficiando quem pediu demissão até 31 de dezembro de 2015 ou que não conseguiu sacar os recursos da conta vinculada no caso de demissão por justa causa.

Um gráfico fornecido por Marcelo Neri mostra os impactos das transferências sociais por bases de distribuição distintas. Para cada real gasto pelo governo, o efeito multiplicador total sobre o PIB do

FGTS adiciona R\$ 0,39 ao PIB; do abono do PIS, R\$ 1,06; e do Bolsa Família, R\$ 1,78.

"O reajuste do salário mínimo neste ano foi pequeno, algo que tem relação com o ano atípico, de aperto fiscal. Mas depois, em maio, o governo fez uma expansão do Bolsa Família", uma medida populista, recorda-se Neri. Às vésperas do Dia do Trabalho, o presidente anunciou aumento das parcelas do programa, com ganho de 5,67% (acima da inflação acumulada de julho de 2016 a março de 2018 - 4,01%) para os beneficiários. Já o salário mínimo teve seu menor reajuste em 24 anos, uma alta de apenas 1,81% (abaixo do índice de 2017 - 2,95%), passando de R\$ 937, em 2017, para R\$ 954, neste ano.

"Tivemos o ciclo do Bolsa Família, mas não do salário mínimo", demarca o economista. "Na minha opinião, é uma solução (a liberação do PIS) intermediária e improvisada. A Reforma da Previdência, operação que é necessária e vai ser dura, tem efeito de longo prazo e não foi feita", pontua Neri, embora não se surpreenda com a decisão e classifique a medida do governo como típica de anos que precedem sucessão.

Ele vê enormes esforços a serem feitos à frente, por exemplo para que as pessoas consigam entender que os problemas do sistema previdenciário são técnicos. A preocupação encontra correspondência em pesquisa

divulgada na semana passada pela Fenaprev sobre a Reforma da Previdência no ambiente pré-eleitoral. Pela sondagem encomendada ao Instituto Ipsos - feita em 72 municípios, em abril -, 43% dos brasileiros acham que a reestruturação da aposentadoria pública é necessária, embora 51% avaliem que o modelo é sustentável e 75% associem os problemas de equilíbrio do sistema à corrupção, uma das preocupações de Neri. "Não podemos subestimar o alto grau de confusão de pensamento", diz.

Outro ponto que merece atenção, segundo o economista, são ideias que surgem para suprimir conquistas do trabalhador, como a que cogitou o fim do próprio abono do PIS/Pasep, que teve sua continuidade ameaçada como forma de pressão do governo para aprovar a reforma da Previdência: "Temos que ir com cautela para não destruir coisas que prestam serviço ao trabalhador e ao país".

Ele concorda que o quadro pré-eleitoral se agravou pelas adversidades, embora mais pela má administração delas - a greve dos caminhoneiros é o mais grave. "Mas o que me preocupa, na verdade, é que algumas políticas são adotadas sem avaliação mais aprofundada dos impactos e sem estratégia", diz Neri, ao falar do acordo fechado pelo governo para dar fim à paralisação.

O economista ressalta três aspectos que, de forma não





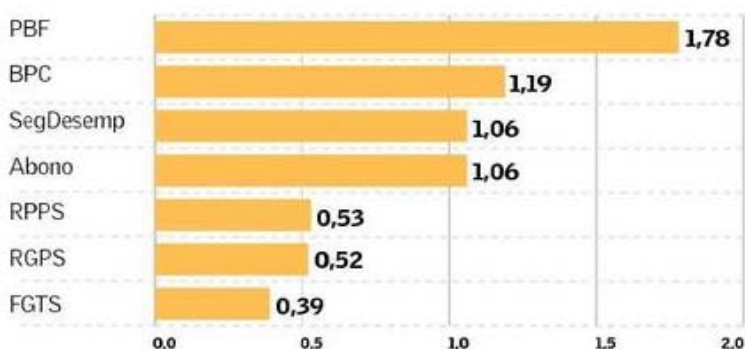
construtiva, norteiam esse futuro. "O primeiro é que o governo estabeleceu um teto (Emenda Constitucional 95, editada para conter a expansão dos gastos públicos), mas abandonou o barco e não fez as reformas. Essa foi a primeira derrota, porque aumentou muito o nível de incerteza. Depois, tem esse ciclo político, que, neste caso, deixará consequências graves no longo prazo. Por fim, vem

a atuação do Planalto, que se comprovou fraca ao tentar colocar fim à paralisação dos caminhoneiros", conclui.

Para Neri, o atual ciclo político produzirá consequências com nível de complexidade maior ou menor, no sentido de haver ambiente para a governabilidade plena, a depender do que ocorra nas eleições.

PIB

Efeitos Multiplicadores das Transferências sociais sobre o PIB - em R\$



Multiplicadores

- Programa Bolsa Família (PBF)
- Benefícios de Prestação Continuada (BPC)
- Seguro Desemprego (Seg Desemp)
- Abono salarial (Abono)
- Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)
- Regime Geral de Previdência Social (RGPS)
- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Fonte: Neri, Vaz e Ferreira (2013) a partir da Matriz de Contabilidade Social (MCS) de 2009

Seis meses após reforma, demissões por acordo avançam

Por Fábio Pupo | De Brasília



Sylvia Lorena, gerente-executiva de Relações do Trabalho da CNI: "Empresas estão adotando inovações com cautela".

Seis meses após a nova lei trabalhista entrar em vigor, números do Ministério do Trabalho mostram que as demissões por acordo - modalidade criada pela reforma - vêm crescendo. Em dezembro, primeiro mês em que as novas regras vigoraram do começo ao fim, foram registrados 5,8 mil desligamentos nesse formato. Em maio, dado mais recente disponível, foram 14,5 mil.

A demissão por acordo acontece quando funcionário e empregador chegam a um consenso sobre a rescisão do contrato, devendo a empresa pagar apenas parte das verbas rescisórias. Nesse caso, as leis permitem o empregador pagar apenas metade da multa sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - 20% (e não 40%) do valor depositado ao longo do contrato - e do aviso prévio quando houver direito. Já o

funcionário pode sacar até 80% do FGTS, mas sem direito ao seguro-desemprego.

A modalidade foi criada para formalizar os casos em que o funcionário quer deixar a empresa e pedia para ser demitido para ter acesso ao saldo do FGTS - prometendo ao empregador, por exemplo, devolver a multa paga pela empresa. Mas esse tipo de acordo podia gerar problemas judiciais, o que a nova lei visa apaziguar.

O ministro do Trabalho, Helton Yomura, diz que a modalidade beneficia tanto empresas quanto funcionários e que o crescimento em seu uso mostra que a lei está "pegando" conforme vai se tornando mais conhecida. "Ela deve aumentar conforme contadores e advogados sugerem isso a seus clientes", disse ao Valor.

Já o uso de duas modalidades de contratação alvos da reforma trabalhista mostra-se menor. No trabalho intermitente, o saldo de admissões menos contratações "estacionou" na casa das 3 mil novas vagas há três meses. No decorrer dos seis meses em vigor (de dezembro de 2017 a maio de 2018), a modalidade mostrou saldo positivo de 17.145 vagas.

O trabalho intermitente foi regulamentado para funções que não são contínuas, onde há períodos de

atividade intercalados por períodos de inatividade. O objetivo foi atender profissões como garçom, manobrista e segurança - que, na visão do governo, são prejudicados pela informalidade. A análise dos dados do Caged desde dezembro mostra que entre as atividades que mais contratam sob essas modalidades também estão as de vigilante, atendente de lojas e embalador.

Já o trabalho parcial, que teve as regras alteradas, tem saldo ainda menor. Além de nunca ter crescido em patamar acima das 3.067 mil vagas registradas em março, está decrescendo desde então. No total (de dezembro a maio), foi responsável por gerar 11.288 vagas.

O trabalho parcial já era uma modalidade existente, mas foi formalizada pela nova lei. Conhecida como meio período, ela não permitia, antes da mudança, horas extras. Além disso, os dias de férias eram limitados a 18 e era proibido vender um terço das férias. Com a nova lei, o trabalhador pode fazer hora extra, tem direito a 30 dias de férias e pode vender um terço das férias.

Yomura acredita que um uso maior da nova lei trabalhista pode ser visto de agora em diante, após a queda da medida provisória (MP) 808 - que não foi aprovada pelo Congresso e, por isso, perdeu a validade. Ele defende que a expectativa pela aprovação da MP





gerou uma "espera" por parte das empresas e que isso tende a ser solucionado com a publicação de um parecer assinado por ele recentemente esclarecendo pontos da lei.

Sylvia Lorena, gerente-executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirma que a lei passa por um "período de maturação" de seus efeitos e de aplicação. E diz que a tramitação da MP realmente atrapalhou as contratações.

"As empresas estão adotando as inovações da reforma trabalhista com cautela. A tramitação de uma MP, evidentemente, colocou o mundo do trabalho em compasso de espera. Mas formas de trabalho como o home office e o parcelamento de férias em três períodos, de mais fácil aplicação, já começam a ser adotadas", diz.

Para outras, que dependem de negociação coletiva, ela diz que as regras dispostas na nova lei devem passar a ser realidade ao longo do tempo. "O importante é haver uma legislação estável e a reforma

trabalhista contribui para trazer mais segurança jurídica para empresas e empregados encontrarem soluções mutuamente benéficas", afirma.

Cássia Pizzotti, especialista em legislação trabalhista do Demarest Advogados, afirma que o texto da reforma ficou "tímido" e precisa de regulamentação para ser mais usado pelas empresas. Os receios existem na hora da contratação por regime intermitente e parcial, por exemplo. No primeiro caso, faltam esclarecimentos de como aplicar remunerações como o 13º salário. No caso do regime parcial, entendimentos de associações da área jurídica levantam dúvidas sobre o que está na lei - o que, diz, inibe empresas de usar mais a reforma.

"Avalio a reforma positivamente, pois foi uma tentativa de reduzir o número de ações, de aumentar o número de empregos formais e outras questões. Mas só quando as empresas tiverem conforto de que o Judiciário está contemplando as reformas como válidas, de que o Ministério Público está contemplando, aí sim você tem a segurança para aplicar", afirma.

Para concluir obras paradas no País, governo teria de desembolsar R\$ 76 bi

Problema crônico. Com crise fiscal e a incapacidade de o Estado investir, preocupação é que parte dos projetos paralisados seja abandonada de vez por falta de verba ou por não ter mais finalidade; levantamento mapeia cerca de 7 mil empreendimentos inacabados

Renée Pereira

O governo federal precisaria desembolsar, pelo menos, R\$ 76 bilhões para concluir as milhares de obras paradas de Norte a Sul do Brasil. Mas, com a grave crise fiscal que derrubou os investimentos ao menor nível em mais de uma década, a preocupação é que parte desses empreendimentos seja de vez abandonada. O resultado faz parte do estudo Impacto Econômico e Social das Obras Públicas no Brasil, feito pelo presidente da consultoria InterB, Cláudio Frischtak, a pedido da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

O levantamento mapeia cerca de 7 mil obras paradas só na esfera federal. Além dos projetos tradicionais e bilionários, como as Ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste, o trabalho coloca luz sobre a paralisação de obras menores, como creches e escolas municipais. Embora seja alarmante, o resultado do estudo

pode ser considerado conservador, afirma Frischtak. Isso porque o conjunto de informações disponíveis sobre o assunto é escasso e incompleto nas esferas estaduais e municipais.

Pelas estimativas do economista, se incluídas essas obras, o volume de projetos paralisados no País sobe para R\$ 144 bilhões. "A situação é muito pior do que a gente consegue mensurar." A paralisação de obras, que já era grave nos tempos de bonança da economia, vem se transformando num problema crônico com a incapacidade de o Estado investir, alertam especialistas. Com dificuldade para fechar a conta no azul, a medida mais fácil tem sido cortar investimentos. E isso tem ocorrido num efeito dominó que atinge todas as esferas públicas: governo federal, Estados e municípios.

"Como não dá para mexer nos gastos obrigatórios, a alternativa tem sido limitar investimentos importantes para o País voltar a crescer", afirma o diretor de macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), José Ronaldo Souza Junior. O resultado é a ausência de novos projetos e a paralisação daqueles já iniciados. Além dos transtornos para a população, a interrupção de uma obra representa grande prejuízo para o poder público, com

o inevitável aumento dos custos numa retomada, afirma o presidente da Comissão de Infraestrutura da Cbic, Carlos Eduardo Lima Jorge.

Isso ocorre por causa da deterioração de serviços já feitos e de reajustes do contrato pelo tempo parado. Para o executivo, existe ainda outro efeito perverso na paralisação de obras: muitas delas perderam sentido econômico e social e não se justificam mais. "Ou seja, o dinheiro investido no início do projeto vai para o lixo", completa o presidente do Cbic, José Carlos Martins.

Na avaliação dele, mesmo aquelas que têm racionalidade econômica correm o risco de não serem concluídas. Além da falta de dinheiro, diz o executivo, as obras paradas também sofrem com problemas de desapropriação, licenciamento ambiental e má qualidade dos projetos executivos.

Empurrão. Na prática, a interrupção de obras tem impacto direto no Produto Interno Bruto (PIB), cujo desempenho está abaixo do esperado neste ano. Pelos cálculos de Frischtak, apenas a retomada dos projetos federais poderia dar um impulso de 1,8% no PIB, o que significaria R\$ 115 bilhões a mais na economia nacional.

Obra parada tem custo extra para o governo

Estatual gastou R\$ 2 milhões em 12 meses em segurança para resguardar ferrovia inacabada

Renée Pereira

As milhares de obras paradas no Brasil limitam o crescimento econômico e também impõem custos extras para o governo, que precisa manter a integridade das instalações iniciadas. Em junho do ano passado, por exemplo, a estatal Valec, que administra projetos ferroviários, foi obrigada a contratar duas empresas de segurança para resguardar os investimentos feitos em dois lotes da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (Fiol), na Bahia. Na época, os trechos estavam parados. Os contratos para 20 seguranças armados no local custaram à empresa quase R\$ 2 milhões por 12 meses.

Os dois lotes foram paralisados por causa da rescisão com as construtoras envolvidas por descumprimento de contrato. Num deles, a estatal já refez a licitação e a expectativa é que as obras sejam retomadas em julho. No outro lote, ainda não há previsão para retomada das obras. Brasil afora há inúmeros projetos paralisados por descumprimento de contratos, seja pela falta de pagamento do governo ou por problemas financeiros das

construtoras. O Instituto Federal de Sergipe (IFS), por exemplo, tem investimentos de mais de R\$ 37 milhões paradas por rescisão contratual (a empreiteira reclama inadimplência e o IFS nega).

Isso inclui a construção dos prédios administrativos da reitoria; do Câmpus Aracaju (biblioteca, auditório e estacionamento); do Câmpus de Nossa Senhora da Glória; e do Câmpus de Propriá. O instituto afirmou que aguarda a liberação de recursos do Ministério da Educação (MEC) para retomar as obras. Outro projeto interrompido no Estado é a construção do Hospital do Câncer de Sergipe, que está em processo para realização de nova licitação. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe, a empresa vencedora da licitação anterior não atendeu às exigências e teve o contrato rescindido.

Em nota, o diretor de Infraestrutura e Suprimentos da secretaria, Edwards de Oliveira, disse que o governo está empenhado em construir o hospital, mas que a licitação não é simples. "É, na verdade, uma obra de grande envergadura e complexa." Por isso, não há previsão para concluir a licitação da obra, de cerca de R\$ 60 milhões. Apenas no Estado de Sergipe calcula-se que haja mais de 3 mil obras paralisadas, afirma Claudio Frischtak, responsável

pelo estudo Impacto Econômico e Social das Obras Públicas, encomendado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic). Ele destaca que são obras de menor valor, mas que representam grandes prejuízos para a população.

Saneamento. Exemplo disso, segundo o levantamento, é que as obras paradas nos três municípios com os piores índices de saneamento no País – Ananindeua (PA), Nova Iguaçu (RJ) e Jaboatão dos Guararapes (PE) – implicam o dobro de gastos com saúde. As cidades têm projetos inacabados no valor de R\$ 147 milhões enquanto os custos com internações e afastamento do trabalho por doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti* somam R\$ 300 milhões. Em todo o País, o custo das doenças transmitidas pelo mosquito foi de R\$ 2,3 bilhões em 2016. Estima-se que haja mais de R\$ 17 bilhões de obras no setor paradas, segundo o estudo.

Na área de educação, diz Frischtak, a paralisação de obras de creches representa perda anual de mais R\$ 420 milhões na renda das famílias. Se consideradas as metas do Plano Nacional de Educação para 2024, o impacto negativo na renda anual das famílias sobe para R\$ 3 bilhões. Em São Paulo, cidade mais





desenvolvida do País, há, pelo menos, seis Centros Educacionais Unificados (CEUs) parados, sem previsão de retomada. A maioria deles foi iniciada na gestão de Fernando Haddad na prefeitura paulista, que contava com recursos federais para construir as unidades.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, a gestão anterior não conseguiu fechar o convênio para as obras, iniciadas em 2016 e paralisadas em seguida. Hoje, esses centros estão abandonados, com as instalações se deteriorando e virando área para descarte de lixo. "A Prefeitura retomou em 2017 os contatos com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no intuito de garantir verbas federais para essas obras, e as tratativas seguem em curso."

Na avaliação do presidente da Comissão de Infraestrutura da

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Carlos Eduardo Lima Jorge, um dos maiores indutores da paralisação de obras no Brasil é exatamente a falta de planejamento orçamentário para os projetos. Ele explica que muitos empreendimentos começam a ser construídos sem recursos assegurados. Ou seja, o projeto tem início e, no meio do caminho, o governo descobre que não tem dinheiro para concluir. Aí paralisa tudo até conseguir mais recursos – resultado de outro problema crônico no Brasil: a falta de planejamento, diz o executivo. Balanço. Segundo o Ministério do Planejamento, das 7.439 obras incluídas no Programa Avançar, lançado no ano passado para retomar obras paradas, 24% haviam sido concluídas até o fim do primeiro trimestre. O resultado é considerado positivo pelo governo.

Carlos Végh

‘Situação fiscal é muito frágil na região’

Carlos Végh, economista-chefe do Banco Mundial para América Latina e Caribe

Para Végh, América Latina deve enfrentar dilema entre subir juro para proteger a moeda ou ter taxa baixa para crescer

Adriana Fernandes
Fernando Nakagawa /
BRASÍLIA

Não é só o Brasil que vive dias difíceis nas contas públicas. Os problemas fiscais se espalharam pela América Latina após um período de ganância. "A situação fiscal é muito frágil. É um grande desafio macro que a região enfrenta hoje", diz Carlos Végh, economista-chefe do Banco Mundial para América Latina e Caribe. O uruguaio alerta ainda que outro problema aparece diante dos juros em alta nos Estados Unidos: vários países devem enfrentar o dilema entre subir o juro para proteger a moeda ou manter taxas baixas que ajudam o crescimento.

Como está hoje o quadro fiscal dos países da América Latina?

A situação fiscal é muito frágil. É um grande desafio macro que a região enfrenta hoje. Pense que 31 entre 32 países tiveram déficit nominal em 2017 (a Ilha Granada

foi a única com resultado positivo), 53% deles (17) com déficit primário. A dívida é também alta para países em desenvolvimento. O fato é que os déficits fiscais continuam a alimentar a dívida dos países da região, que está agora em 57,6% do PIB.

O relatório mostra que a situação fiscal é pior nos países da América do Sul do que no México, Caribe e América. Por quê?

O déficit fiscal médio para a região é de 2,4% do PIB. Mas na América do Sul é 4%, mais que o dobro que em México, Caribe e América (1,9%). O fato é que muitos países desse último grupo mostram um superávit primário, o que é mais raro entre os da América do Sul. Vários fatores contribuíram para a deterioração fiscal na América do Sul. Mas a maioria dos governos não conseguiu poupar o suficiente durante a "Década de Ouro" de 2003 a 2012, quando os preços das commodities eram extremamente altos e, em vez disso, gastavam a maior parte do lucro. Alguns dos gastos foram sem dúvida importantes para melhorar as condições sociais. Mas um princípio fundamental das finanças públicas é que as despesas permanentes só devem ser financiadas por aumentos

permanentes em receitas. Aumentar gastos permanentes com receitas temporárias certamente semeou os problemas fiscais futuros. Há pouca dúvida de que os países devem se engajar em ajustes já.

Qual o custo do ajuste?

O custo do ajuste feito com choque é muito maior. Nossa recomendação é que ele seja gradual. Isso não significa não fazer ajuste fiscal. Você sabe que as pessoas na Argentina atribuem a situação atual à decisão do presidente Macri de fazer um ajuste fiscal gradual em vez de um choque. Acho que foi uma escolha correta da parte dele. O que está acontecendo na Argentina não é resultado de ter havido ajuste fiscal gradual ou choque. É basicamente não ter um ajuste fiscal.

Os argentinos não estão fazendo ajuste?

Não. O problema não é o ajuste gradual. É a falta dele. Agora, com o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), eles têm uma agenda para reduzir o déficit fiscal de maneira bem gradual.

E nos outros países como está a situação?

Alguns países estão fazendo ajustes fiscais graduais e sérios,





como Colômbia, México. E outros países claramente precisam fazer mais.

Qual o risco do aumento dos juros nos EUA?

A normalização da política monetária finalmente está aqui após três anos se ouvindo falar dela. Isso significa que o dólar ganha força e fará com que aumente o custo de crédito dos países da América Latina. Entramos no que chamamos de dilema de política monetária que a maioria dos bancos centrais da região vão enfrentar. Como as moedas ficarão mais fracas, em geral a economia começa a crescer mais devagar. Então, se tem o grande dilema: devo aumentar a taxa de juros para se defender apesar do possível custo para a economia?

Os países estão passando por esse dilema agora?

Isso tem sido a história da América Latina nos 20 ou 30 anos. O dilema: o que você faz? Aumenta a taxa de juros para se

proteger ou você faz como o Chile que tem baixa taxa de juros. Eles dizem, no Chile, que não há problema com a depreciação (cambial) de 10% ou 15%. O país tem muita credibilidade, o capital não vai sair do país e eles optam por manter a taxa de juros baixa para estimular a economia, mesmo se houver um pouco mais de depreciação. Se você olhar as evidências, a maioria dos demais países, como México, Brasil, Uruguai e Argentina, escolhem defender a taxa de câmbio aumentando os juros.

O que o sr. acha que vai acontecer no Brasil?

É difícil dizer. Todo banco central define qual deve ser a sua prioridade. Mas não há dúvidas de que nos próximos seis, oito meses ou talvez mais, muitos bancos centrais vão enfrentar esse dilema. Olhe o México. Eles tinham plano de reduzir a taxa de juros. Mas, por causa do Nafta, das incertezas políticas e outros fatores, eles decidiram aumentar. Eu acho que os bancos centrais vão

literalmente, de reunião em reunião, enfrentar essa situação.

Está faltando credibilidade para esses países?

Não acho que é falta de credibilidade. É mais um ambiente externo difícil. Há incertezas políticas em muitos países. Há incerteza em relação à normalização monetária nos EUA e agora vai começar na Europa. Especialmente no front monetário, a maioria dos países está fazendo um trabalho bom. Pense no fato de que a taxa de inflação média, excluindo Venezuela, está em torno de 3%. Isso é inacreditável. A taxa média de inflação era em torno de 200% nos anos 90. Os bancos centrais vão fazer o que acharem que é o melhor e minha aposta é que eles vão fazer o que é certo. A parte fiscal é um pouco mais frágil. Na Argentina, é claro, Uruguai também...

No Brasil também?

Sim. No Brasil também.

Fazenda alerta candidatos sobre contas públicas

Objetivo é mostrar aos coordenadores dos pré-candidatos que ajuste fiscal não está consolidado e que não se sustenta sem as reformas

Adriana Fernandes /
BRASÍLIA

Sem alarde, o Ministério da Fazenda começou a apresentar aos coordenadores de campanha dos pré-candidatos à Presidência da República a real situação das contas públicas, previsões do Orçamento para 2019 e os próximos riscos fiscais. Preocupada com a falta de debate sobre as reformas fiscais faltando só quatro meses para eleições, a equipe econômica quer alertar os principais "gurus" econômicos dos pré-candidatos, inclusive os adversários do governo Michel Temer, para o quadro crítico das contas públicas, que continua gravíssimo apesar do ajuste gradual implementado nos últimos anos.

A proposta da Fazenda é mostrar que o ajuste fiscal não está consolidado e não se sustenta sem as reformas, sobretudo, a da Previdência. O governo Michel Temer chegou a mandar uma

proposta de emenda à Constituição (PEC) endurecendo as regras para a concessão de aposentadorias, mas a proposta ficou suspensa com as duas denúncias contra o presidente. Com a intervenção no Rio, a PEC foi engavetada porque não pode ser votada.

As reuniões com as equipes dos pré-candidatos estão sendo conduzidas pelo secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. A primeira reunião foi feita com Paulo Guedes, coordenador econômico do líder das pesquisas Jair Bolsonaro (PSL), há duas semanas. Guedes defende uma agenda liberal de controle fiscal e privatizações, que contrasta com as opiniões de perfil estatizante e intervencionista do seu candidato.

Para evitar exposição, a agenda de Mansueto citou Guedes como diretor do Ipea. O economista Mauro Benevides, coordenador econômico do pré-candidato Ciro Gomes (PDT), já foi contatado pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que ficou de marcar uma data para o encontro. A reportagem apurou que a preocupação da equipe econômica é com o risco de mudanças mal conduzidas no

teto de gasto, regra fiscal constitucional criada no governo Temer que fixa teto anual de despesas, com base na inflação, e que corre risco de não funcionar já em 2019.

A mudança do teto é defendida por políticos de vários partidos incomodados com as restrições impostas. Outro problema a ser enfrentado é o cumprimento da regra de ouro, um dos pilares da política fiscal também prevista na Constituição que impede a emissão de dívida pelo governo para pagar despesas correntes, como salários e alugueis. O problema é que com os rombos seguidos nas contas públicas a regra não deve ser cumprida em 2019 e o governo prevê a necessidade de um crédito extraordinário bilionário para o seu cumprimento em 2019.

A equipe econômica ainda defende a necessidade de congelamento do reajuste dos servidores públicos em 2019. Pelas novas projeções, o Brasil pode conviver por um tempo ainda maior com as contas públicas no vermelho. A previsão oficial atualmente é que as despesas continuem superando as receitas do governo até 2021.